



A inserção da música em Escolas Públicas Municipais das Regiões Funcionais dos COREDES, RS

Cristina Rolim Wolffenbüttel¹

cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Jusamara Vieira Souza²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo: Esta comunicação apresenta a pesquisa em andamento sobre a inserção da música nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul, a partir da organização do estado em nove Regiões Funcionais de Planejamento dos COREDES (RFPCs). Partiu de questionamentos originados da pouca existência de professores de música atuando nas referidas escolas, focando principalmente: Quantas RFPCs têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas escolas de suas redes de ensino? Quantas e quais RFPCs ofertam atividades musicais nos tempos e espaços escolares? Quais ações de inserção da música ocorrem nas escolas públicas das RFPCs? Quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais em escolas públicas das RFPCs? Quantas e quais RFPCs promovem concursos públicos para professores com habilitação em música? Quantas e quais RFPCs possuem professores com habilitação em música em seus quadros de concursados? Como metodologia fundamenta-se na abordagem quantitativa, no *survey* interseccional de grande porte como metodologia e na aplicação de questionários como técnica para a coleta dos dados. Entende-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir com a elaboração de políticas públicas para a efetiva inserção da música nos espaços escolares.

Palavras-chave: Educação musical escolar; políticas públicas educacionais; lei nº 11.769/2008; grupo de pesquisa "Educação Musical: diferentes tempos e espaços".

Introdução

A partir da LDB 9.394/96 e da Lei nº 11.769/2008, pesquisadores têm desenvolvido investigações, com vistas à otimização das artes no ensino escolar. Os estudos e as pesquisas têm buscado um entendimento maior a respeito das políticas públicas para o ensino de música nas escolas (PENNA, 2004a, 2004b) e sobre o ensino de música na escola (FUKS, 1991; SOUZA et al., 2002; DINIZ, 2005; SANTOS,

¹ Doutora e Mestre em Educação Musical pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialista em Informática na Educação Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciada em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena o curso de Especialização em Educação Musical na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade de Montenegro.

² Possui Graduação em Instrumento - Piano pela Universidade Federal de Uberlândia (1979). Licenciatura em Música e Artes pela Universidade de Bremen - Alemanha (1988), Mestrado em Educação Musical pela Universidade de Bremen - Alemanha (1988) e Doutorado em Educação Musical pela Universidade de Bremen - Alemanha (1993). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



2005; DEL BEN, 2005). Segundo os estudiosos, apesar das mudanças pelas quais a legislação passou até o momento, na prática, ainda o ensino tem sido denominado de educação artística, ou não tem ocorrido a efetiva inserção da música nas escolas.

Apesar das tentativas para garantir a presença do ensino de música na educação básica, as políticas mais recentes não têm conseguido legitimar esse esforço. Pesquisas constataam a reduzida presença de professores de música nas escolas (PENNA, 2002, 2004a, 2004b; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005).

Apesar do panorama apresentado nas investigações quanto à parca presença dos professores de música na educação básica, estudiosos também têm apontado que o ensino musical não saiu das escolas, mas que o mesmo vem se apresentando de diferentes formas, nem sempre traduzido como ensino curricular (FUKE, 1991; SOUZA et al., 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005). Investigações acerca da atuação dos professores de música na educação básica apresentam dados sobre o crescimento da atuação dos mesmos nos espaços extracurriculares. A preferência pelas atividades musicais extracurriculares, ou mesmo pela inserção da música através de programas como “Mais Educação”, “Escola Aberta”, dentre outros, também tem sido apontada nas pesquisas.

Partindo destes pressupostos e, considerando-se a existência da legislação que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na escola e a regulamentação de suas diretrizes, surgiram questionamentos em relação à inserção da música nas escolas públicas municipais das Regiões Funcionais de Planejamento dos COREDES (RFPCs): Quantas RFPCs têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas escolas de suas redes de ensino? Quantas e quais RFPCs ofertam atividades musicais nos tempos e espaços escolares? Quais ações de inserção da música ocorrem nas escolas públicas das RFPCs? Quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais em escolas públicas das RFPCs? Quantas e quais RFPCs promovem concursos públicos para professores com habilitação em música? Quantas e quais RFPCs possuem professores com habilitação em música em seus quadros de concursados?



Esta pesquisa, portanto, objetiva investigar a inserção da música em escolas públicas municipais considerando-se as nove RFPCs existentes no Rio Grande do Sul, quais sejam: RFPC 1 (Centro Sul, Paranhana/Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Metropolitana/Delta do Jacuí), RFPC 2 (Vale do Rio Pardo, Vale do Taquar), RFPC 3 (Hortênsias, Serra, Campos de Cima da Serra), RFPC 4 (Litoral), RFPC 5 (Sul), RFPC 6 (Campanha e Fronteira Oeste), RFPC 7 (Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Celeiro), RFPC 8 (Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari), RFPC 9 (Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí e Rio da Várzea).

Fundamentação teórica

Para a análise dos dados obtidos utilizar-se-á a Abordagem do Ciclo de Políticas proposto por Bowe et al. (1992) e Ball (1994).

Bowe et al. (1992) e Ball (1994) propuseram uma caracterização do processo político, a qual subsidiou a elaboração da Abordagem do Ciclo de Políticas. Para os autores, ao introduzir a noção de um ciclo contínuo de política, a pretensão ligava-se à tentativa de atrair a atenção para o trabalho de recontextualização política que transita pelas escolas. Todavia, segundo Bowe et al. (1992), o panorama das pesquisas escolares requer que seja considerado não somente um currículo nacional, mas também vários outros elementos que constituem a política educacional.

De acordo com os autores, há um ciclo composto de contextos, os quais influenciam e são influenciados. O primeiro contexto é o da influência, no qual a política pública é iniciada. É, também, nesse contexto que os discursos políticos são construídos. É aquele em que as partes interessadas lutam para influenciar a definição e as propostas sociais da educação.

O contexto do texto político, segundo contexto, é composto por textos que representam a política. Essas representações podem assumir diversas formas, incluindo a maioria dos textos jurídicos e, sem dúvida, os documentos oficiais de orientação. Do mesmo modo, os comentários produzidos formal e informalmente também oferecem um sentido ao texto oficial, sendo que nesse viés os meios de



comunicação novamente assumem um papel importante. Também, os discursos e as apresentações públicas de políticos e funcionários de relevância, além de vídeos oficiais, entre outras representações, são exemplos de outros meios populares de representação (BOWE et al., 1992).

As políticas, portanto, nesta perspectiva, são intervenções textuais; contudo, elas também carregam consigo limitações e possibilidades. A resposta a esses textos tem consequências reais. Essas consequências, de acordo com Bowe et al. (1992), são experienciadas no âmago do terceiro contexto, denominado pelos autores de contexto da prática. Esse contexto, de acordo com suas explicações, constitui-se na arena da prática a que se refere à política, a quem a política se dirige. O ponto central é que a política não é simplesmente recebida e implementada dentro deste cenário, mas está intensamente sujeita à interpretação, podendo ser, inclusive, recriada.

As pessoas que executam as políticas, segundo Bowe et al. (1992), não se confrontam tão ingenuamente com os textos políticos; ao contrário, os que praticam as políticas trazem suas histórias, suas experiências, seus próprios valores e efeitos, e isso se reflete diretamente no sentido da política. As políticas, assim, são interpretadas de modos diversos, como as histórias, experiências, valores, efeitos e interesses que compõem diferentemente qualquer arena, qualquer contexto. Uma explicação simples para isso é que os escritores de políticas não podem controlar o significado de seus próprios textos, pois, segundo Bowe et al. (1992), partes do texto poderão ser rejeitadas, outras poderão ser extraídas ou ignoradas, ou ainda, muitas vezes, o texto poderá ser incompreendido pelos leitores. Além disso, de acordo com os autores, novamente a interpretação é uma questão de luta. Diferentes interpretações estão sujeitas à contestação, assim como as interpretações se relacionam aos diferentes interesses, uma ou outra interpretação predominará, muito embora leituras desviantes ou minoritárias também sejam importantes de aparecer no processo.

Passados dois anos da edição da proposta da Abordagem do Ciclo de Políticas, Ball (1994) deu continuidade aos estudos, expandindo-a e acrescentando-lhe outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos efeitos e o contexto da estratégia



política. Assim, agrupando ambas propostas de Bowe et al. (1992) e Ball (1994), tem-se os cinco contextos, quais sejam: contexto da influência, contexto do texto político, contexto da prática, contexto dos efeitos e contexto da estratégia política.

O contexto dos efeitos, inicialmente denominado por Ball (1994) como contexto dos resultados, preocupa-se com questões tais como justiça, igualdade e liberdade individual. Apesar de Ball (1994) tê-lo denominado de contexto dos resultados, o próprio autor retomou, posteriormente, essa denominação, explicando que a ideia de efeitos das políticas resulta mais apropriada, pois muitas vezes o que se observam são efeitos e não propriamente resultados.

De acordo com Ball (1994), os efeitos das políticas podem se apresentar em duas categorias, os efeitos gerais e os efeitos específicos. Para o autor, os efeitos gerais de uma política apresentam-se quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas - que, por sua vez, se apresentam no contexto da prática - são agrupados e analisados. Os efeitos gerais das políticas são, por vezes, negligenciados em estudos mais particularizados em relação às mudanças ou os textos políticos como determinantes do impacto na prática. Se analisados isoladamente, os efeitos específicos podem parecer limitados. Entretanto, ao ser considerada em conjunto com os efeitos gerais, a análise torna-se diferente (BALL, 1994).

Nesse sentido, de acordo com Ball (1994), a divisão dos efeitos em gerais e específicos, sugere que a análise de uma política deva envolver o exame dessas duas dimensões, bem como das interfaces da política em estudo com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas.

Ball (1994) aponta a necessidade de as políticas locais serem tomadas como ponto de partida para a análise de aspectos mais amplos da política; mas, para isso, é importante que a análise seja ampliada.

O contexto da estratégia política envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para o trato com as desigualdades originadas pela política em estudo. Esse componente, de acordo com Ball (1994), é essencial para a pesquisa social crítica. Conforme o autor, esse trabalho é produzido para uma utilização estratégica em embates e situações sociais específicas.



Ao apresentar sua abordagem, Ball (1994) postula a necessidade de as teorias em política educacional estarem desvinculadas dos trabalhos do Estado. Segundo o autor, a política é uma “economia de poder”, um conjunto de tecnologias e práticas, cujas realizações e lutas ocorrem acima dos arranjos locais. Política é, ao mesmo tempo, texto e ação, palavras e contratos; isso é o que se representa e o que se pretende. Políticas são sempre incompletas, básicas e simples. A prática é sofisticada, contingente, complexa e instável. A política como prática é criada em uma “trialética” da dominação de dominação, resistência e caos/liberdade. Então, a política não é simplesmente uma assimetria de poder. O controle ou a dominação nem sempre podem ser totalmente seguros ou tranquilos, em parte devido à agência.

Ball (1994), ao propor a Abordagem do Ciclo de Políticas, em parceria com Bowe et al. (1992), bem como sua expansão, não pretendeu minimizar ou subestimar os efeitos ou impactos das políticas, mas sua intenção foi a de problematizar todo o processo subjacente à proposta da abordagem.

A partir do exposto a Abordagem do Ciclo de Políticas será utilizada como referencial teórico para a análise da inserção da música em escolas públicas municipais considerando-se nas nove Regiões Funcionais de Planejamento dos COREDES existentes no Rio Grande do Sul.

Metodologia

Para a realização desta investigação, que se encontra em andamento, estruturou-se uma metodologia fundamentada na abordagem quantitativa, tendo como método o *survey* interseccional (COHEN; MANION, 1994; BABBIE, 1999) de grande porte e a aplicação de questionários autoadministrados como técnica para a coleta dos dados (LAVILLE; DIONE, 1999).

Os procedimentos para a coleta de dados ocorrerão através dos contatos com as secretarias municipais de educação das nove RFPCs. Inicialmente será realizada uma busca virtual na internet, com vistas a encontrar informações sobre estas secretarias. De posse destas possíveis informações, será organizada uma tabela, procurando unir estes dados. Posteriormente, será realizado um contato com estas



secretarias, quer seja através de e-mail ou via contato telefônico, a fim de apresentar a pesquisa, esclarecendo os objetivos da mesma.

Procurar-se-á, nesses contatos iniciais, buscar pessoas de referência em cada secretaria, com a qual seja possível um constante contato, tendo em vista o retorno do questionário. Para otimizar o processo de coleta dos dados entrar-se-á em contato com as representações das nove RFPCs, com vistas a otimizar esta etapa da pesquisa.

Após os contatos iniciais, será encaminhado o questionário autoadministrado por correio eletrônico. O material a ser enviado constitui-se de uma carta de apresentação da pesquisa, contendo as explicações sobre finalidades e objetivos da mesma, além da solicitação da data para o retorno do material encaminhado e do questionário autoadministrado.

Realizados os procedimentos para a coleta de dados e, de posse dos questionários autoadministrados respondidos pelas secretarias municipais de educação das RFPCs, proceder-se-á à análise dos dados, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Esta etapa consistirá na checagem dos questionários, identificação de possíveis inconsistências ou incompletudes nas respostas. Posteriormente reduzir-se-ão os dados, com vistas à atribuição de códigos para cada uma das questões. Após esta etapa, os questionários serão analisados no todo, a fim de compreendê-los como um conjunto, buscando responder às questões de pesquisa.

A partir do referencial teórico selecionado para esta investigação, os dados coletados serão analisados, auxiliando na compreensão de como a música está inserida em públicas municipais das nove RFPCs.

Resultados preliminares e discussões

Até o momento já foram coletados quase a totalidade de dados em três RFPCs, quais sejam, da RFPC 1, RFPC 2 e RFPC 4.

Na RFPC 1, que inclui os COREDES Centro Sul, Paranhana/Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Metropolitana/Delta do Jacuí, só está faltando a finalização do Vale do Rio dos Sinos. Na RFPC 2, dos COREDES do Vale do Rio



Pardo e do Vale do Taquari, ainda resta a coleta dos dados no Vale do Rio Pardo. A RFPC 4, do COREDE do Litoral já foi totalmente mapeada.

De um modo geral pode-se afirmar que inserção da música nas escolas públicas municipais destas regiões funcionais de planejamento se encontram em sintonia. Constatou-se que as secretarias municipais educação dos municípios RFPCs não têm promovido concursos para professores com habilitação em música. Porém, grande parte de suas escolas promove ações musicais, através da existência de bandas e outros conjuntos musicais em seus tempos e espaços. Dentre os dados coletados salientaram-se a situação do ensino de música quanto às atividades desenvolvidas, os profissionais que atuam na área, formação desses profissionais, municípios que realizaram concurso para professores de música, bem como o número de professores concursados para a trabalharem com música.

A partir dos dados coletados constatou-se a inserção diária da música na Educação Infantil, bem como a formação continuada de docentes, nesse nível educacional, na área da música, através de seminários, oficinas de musicalização e curso de extensão em música. Apareceram, também, atividades musicais diversificadas presentes nas escolas, entre elas as rodas cantadas, brincadeiras de roda, ginásticas com música, estudos de ritmos, práticas de dança com a utilização de músicas, práticas de sonorização de histórias, jogos musicais e confecção de instrumentos musicais. A música como atividade na escola ganha espaço, também, na organização de apresentações musicais, horas cívicas, execução de hinos e audição de música.

Os recursos disponibilizados e de maior utilização para a realização musical são os aparelhos de CD e DVD. Quanto aos instrumentos musicais, o violão é o mais usado.

Em relação à formação de docentes que estão atuando com música nas escolas, quatro estão cursando a licenciatura em música. A maior parte dos que executam as atividades musicais não tem formação específica em música e quanto a concursos na área, apenas um município estava em fase organização.



Considerações finais

Entende-se que os resultados desta investigação, bem como os de outras pesquisas que têm sido empreendidas no Rio Grande do Sul e em outros estados, poderão subsidiar macro e microanálises das políticas públicas em educação musical no país, bem como fundamentar a construção de políticas públicas para a implementação da música nas escolas do país.

As políticas públicas carecem de dados confiáveis resultantes de pesquisas e análises detalhadas sobre a situação de cada município e região. Esse diálogo entre as ações político-educacionais e investigativas trará também benefícios para o planejamento de ações concretas de formação de professores.

Referências

- BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- BALL, S. J. *Educational reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BARDIN, Laurence. *L'analyse de Contenu*. Press Universitaire de France, edições 70, 1977.
- BOWE, R. et al. *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.
- COHEN, L., MANION, L. *Research methods in education*. London: Routledge, 4ª ed., 1994.
- DEL BEN, L. M. *Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical*. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.
- DINIZ, L. N. *Música na educação infantil: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.



FUKS, R. *O discurso do silêncio*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

LAVILLE, C., DIONNE, J. *A construção do saber*. manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PENNA, M. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.

_____. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 7, set. 2002, p.7-19.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 12, mar, 2005, p.49-56.

SOUZA, J. et al. A música na escola. *O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental*. Série Estudos. Porto Alegre, novembro de 2002.